



**Artigo**  
**Article**

**Cultura, Estado e Políticas Públicas: análise da participação  
social na gestão das políticas culturais em Mossoró-RN**

*Culture, State and Public Policies: analysis of social participation in the  
management of cultural policies in Mossoró-RN*

Mykaell Christyan Bandeira<sup>1</sup>

**RESUMO:** Como pergunta de partida, buscamos compreender quais os limites e possibilidades vigentes para a participação e o controle social das políticas culturais de Mossoró-RN por meio da atuação do Conselho Municipal de Política Cultural (CMPC), analisando os dispositivos de participação social dos sujeitos envolvidos no processo de desenvolvimento local da cultura. Em outras palavras, quem são os atores sociais que compõem o CMPC, como atuam e como percebem a política cultural na cidade a partir das múltiplas e desiguais relações de poder imperantes na conjuntura local. Dentro desse contexto, o objetivo principal dessa pesquisa é analisar a participação social na gestão das políticas culturais de Mossoró-RN, por meio do Conselho de Política Cultural. Desse modo, buscamos analisar o papel do Estado em relação à cultura no campo das políticas públicas, particularizando o município de Mossoró; compreender as dinâmicas de estruturação do Sistema Municipal de Cultura de Mossoró e sua relação com o Sistema Nacional de Cultura; analisar a participação dos atores sociais que atuaram na implementação do Conselho de Política Cultural de Mossoró e a relação dos gestores com os mesmos; e identificar como os dispositivos de participação social podem contribuir para o processo de desenvolvimento de práticas sociais, econômicas e culturais mais equitativas. Os procedimentos metodológicos estão acionados a partir de documentos oficiais, entrevistas e levantamento bibliográfico. Os resultados da pesquisa apontam que apesar da própria existência do Conselho já indicar uma importante vitória na luta pela democratização dos processos de decisão, os estudos têm demonstrado que ainda tem sido muito difícil reverter, na dinâmica

---

<sup>1</sup> Bacharel em Serviço Social (UERN), Mestre em Ciências Sociais e Humanas (UERN). E-mail: mykaellb@gmail.com

atual dos conselhos, a centralidade e o protagonismo do Estado na definição das políticas e das prioridades sociais. No desenvolvimento dessa relação entre Estado e sociedade, é possível identificar vários desafios existentes para sua consolidação, como por exemplo, os da dimensão política, que é referente a representatividade e composição dos conselhos; e a dimensão gerencial, ou seja, o conhecimento dos processos, a implementação das políticas públicas, competências, dinâmicas para tomada de decisões, etc. buscando construir um cenário próprio para as negociações. Consta-se que o desempenho atual das políticas analisadas também é fruto de um passado político cujas bases estão enraizadas na cultura política adotada e perpassada pela influência da família Rosado na política pública de cultura local, tendo em vista que embora houvesse uma tentativa de instituir um novo marco que objetivasse a constituição de uma política pública de cultura seguindo os princípios normativos do SNC, o período de execução foi muito curto para se consolidar uma transição de um modelo pouco participativo, para um novo modelo de constituir a política cultural do município. **Palavras-chave:** Política Cultural; Participação Social; Conselhos de Cultura.

**ABSTRACT:** As a starting question, we seek to comprehend: what are the current limits and possibilities to the participation and social control of cultural policies of Mossoró-RN by means of the Municipal Council of Cultural Policy's (CPMC) performance, analyzing the devices of social participation of the subjects involved at the process of local development of culture? In other words, who are the social actors that compose the CPMC, how they act and how they perceive the cultural policy in the city considering the multiple and uneven relations of power that are prevailing in the local scenario. In this context, the main objective of this research is to analyze the social participation in the management of cultural policies of Mossoró-RN, by means of the Cultural Policy Council. Therefore, we seek to analyze the role of the State regarding to culture in the field of public policies, particularizing the municipality of Mossoró; comprehend the dynamics of structuring of the Municipal System of Culture of Mossoró and its relation with the National System of Culture; analyze the participation of the social actors that have performed in the implementation of Municipal Council of Cultural Policy and the relation of the managers with those; and identify how the devices of social participation can contribute to the process of developing social, economic and cultural practices that are more equitable. The methodological procedures are activated by official documents, interviews and bibliographical search. The results of the research point out that in spite of the very own existence of the council already indicates an important victory in the struggle for democratization of decision processes, the studies have demonstrated that it has been difficult to revert, in the current dynamics of the councils, the centrality and prominence of the State in the definition of policies and social priorities. In the development of the relation State-society, it is possible to identify several challenges to its consolidation, such as political dimension, which refers to representativeness and composition of the councils; and the management dimension, which is the knowledge of processes, implementation of public policies, competences, dynamics to decision-making, etc. seeking to build a proper scenario to negotiations. It is noted that the current performance of the analyzed policies is also fruit of a political past which foundations are rooted in political culture adopted and ran through the influence of Rosado family in the public policy of local culture, considering that although there was an attempt of instituting a new mark aiming the constitution of a cultural public policy following the normative principles of SNC, the period of execution was too short to consolidate a transition of a model not so participatory to a new model of constituting the cultural policy of the city. **Keywords:** Cultural Policy; Social Participation; Culture Councils.

## **INTRODUÇÃO**

Ainda é reivindicação do povo brasileiro uma efetiva construção das políticas públicas de cultura que assegurem os direitos culturais previstos na Constituição de 1988. Essa materialização torna-se ainda mais distante na atual conjuntura da crise política do Brasil, que culminou no golpe parlamentar de 2016, tendo como resultado o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff (PT) sem crime de improbidade administrativa.

O aprofundamento da política neoliberal e do conservadorismo na sociedade

brasileira trouxeram enormes retrocessos no desenvolvimento das políticas públicas sociais e setoriais no Brasil, que se rebatem também no campo da cultura, sobretudo durante o governo de Michel Temer (MDB), no período de 31/08/2016 a 01/01/2019 e após as eleições presidenciais de 2018, com a vitória do atual presidente Jair Bolsonaro (PSL).

Embora as ações governamentais despertem forte interesse público, principalmente quando se trata de áreas como a saúde e educação, as políticas públicas para a cultura pouco são debatidas – exceto quando materializadas em megaeventos e espetáculos estratégicos para a valorização do capital e reprodução das elites. No início do século XXI, no Brasil, a esfera da cultura está sujeita a uma lógica neoliberal: a da presença mínima do Estado. Ou seja, os investimentos e recursos diretos pelo Ministério da Cultura (MinC) eram praticamente inexistentes, servindo na prática, para a manutenção da estrutura pública federal.

Segundo Calabre (2009, p. 01) “a partir de 2003, da gestão do Ministro Gilberto Gil, identifica-se um esforço de recolocar as questões das relações Estado e cultura na pauta do governo, na forma de políticas públicas, agora com um caráter democrático e participativo”. Mesmo a passos lentos, foi-se construindo um caminho em que buscava-se o cumprimento da determinação constitucional — proferida na Constituição de 1988 que assegura a cultura como um direito fundamental, — sob a ótica de como o Estado deveria atuar nas políticas públicas no campo da cultura, a fim de garantir o acesso a bens e serviços culturais a todos e todas como um direito. Assim, no decorrer dos anos, houve um inédito processo de desenvolvimento das políticas públicas de cultura no Brasil. Estados e municípios de todo país começaram a formular e construir suas políticas culturais sistematicamente, a partir da adesão ao Sistema Nacional de Cultura (SNC). Até o ano de 2017, todos os estados brasileiros já estavam com seus Sistemas Estaduais de Cultura instituídos. Entretanto, apenas 45,4% dos municípios até o referido ano aderiram ao SNC. (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2017).

Dentro desse contexto, segundo o Diário Oficial da União de 19 de agosto de 2013, a cidade de Mossoró-RN aderiu ao SNC, instituindo assim, o seu Sistema Municipal de Cultura. Mossoró é divulgada e conhecida pelos seus eventos culturais, promovidos pelo poder público local, como o *Auto da Liberdade* e o *Mossoró Cidade Junina* (MCJ) como supostos investimentos para o fomento da arte e da cultura local. Contudo, constatou-se

em outro estudo (BANDEIRA, 2017) que os mesmos não geram um desenvolvimento cultural da arte e da cultura da cidade, constituindo-se muito mais como grandes investimentos pontuais sob influência da indústria cultural. Assim, concluiu-se que:

O Auto da Liberdade (...) não conseguiu fortalecer o movimento cultural da cidade. Desse modo, ocasionando apenas investimentos e incentivos culturais pontuais durante o período de realização do evento, tornando-se assim, apenas um espetáculo com viés de entretenimento e turismo cultural, este último, tendo diminuído bastante devido à falta de investimentos no espetáculo, resultando na diminuição de sua montagem. Já o Mossoró Cidade Junina (...) a prefeitura passou a operar no interior da cultura com os padrões do mercado, aderindo à lógica da indústria cultural, reproduzindo nesses grandes eventos produtos da cultura de massa. A partir disso, massificando os produtos e padronizando gostos e costumes. Embora esses megaeventos possibilitem o desenvolvimento econômico da cidade por meio do turismo cultural e do aquecimento da economia local por meio do comércio, por exemplo, no período de sua realização, essa mesma movimentação não chega aos artistas e a cultura local. Não possibilitando assim, um fortalecimento de uma economia criativa e cultural. Entretanto, isso está ligado diretamente a falta de uma política pública cultural na cidade de Mossoró, tendo em vista que a cidade apesar de aderir ao Sistema Nacional de Cultura, não possui um Plano Municipal de Cultura como instrumento de planejamento capaz de orientar a implantação das políticas culturais no município. Nesse sentido seria preciso não somente construir o plano, mas fazê-lo de forma democrática. (BANDEIRA, 2017, p. 67).

A cidade de Mossoró ainda não possui o tripé que estrutura hoje as políticas culturais no Brasil, que constituem na existência do Conselho, do Plano e do Fundo de Cultura, - embora a sociedade civil tenha escolhido seus representantes para compor o Conselho Municipal de Política Cultural na 2ª Conferência Municipal de Cultura de Mossoró, realizada no ano de 2013. A nosso ver, é de fundamental importância para a consolidação e efetivação do tripé que estrutura hoje as políticas culturais no Brasil, que se constituam o Conselho, o Plano e o Fundo de Cultura para o desenvolvimento de políticas culturais democráticas e participativas. Vale destacar, que desde 2013 a sociedade civil escolheu de forma democrática por votação em conferência municipal seu colegiado, entretanto o mesmo só veio ser empossado, depois de um período de instabilidades<sup>2</sup>, somente em 2015, que durou até 2016 devido à mudança de gestão. Após

---

<sup>2</sup> Durante os anos de 2013 e 2014 houve fortes mudanças de poderes político-administrativos na Prefeitura de Mossoró, decorrentes da eleição suplementar para a Prefeitura da cidade, em virtude da cassação do mandato da prefeita à época Cláudia Regina (DEM), por crime de corrupção e abuso de poder econômico realizado durante a disputa eleitoral municipal de 2012. Após o afastamento da prefeita, assume interinamente o presidente da câmara municipal Francisco José Jr (PSD), que concorre às eleições suplementares e assume efetivamente a função de prefeito da cidade após a vitória do pleito com 88% dos votos, entrando para a história da cidade como o primeiro prefeito eleito democraticamente sem o apoio da família Rosado.

esse período, o conselho só veio a ser empossado novamente neste ano de 2019, depois de intensas reivindicações do movimento cultural da cidade.

Alguns autores, como Néstor García Canclini (1987), afirmam que as políticas culturais devem “obter consenso para um tipo de ordem ou de transformação social” e que têm como função maior satisfazer as necessidades da população. Refletindo com esse autor podemos arguir que caberia ao Estado articular-se com outros atores, na proposição de soluções a problemas culturais públicos, agindo conforme predeterminação de objetivos e pensando em ações a longo prazo. Nesta perspectiva, a existência de uma política pública implicaria não só na sua proposição, mas também na implementação, execução e avaliação. Essa é uma das grandes carências do setor cultural, que padece da falta de políticas culturais planejadas. E no âmbito governamental, em grande parte presenciamos ações pontuais, longe de se enquadrarem como uma política pública de cultura. Neste contexto, questionamos por que os atores sociais – em sua pluralidade de interesses – não estão inseridos nas discussões das prioridades para a cultura da cidade, a partir da reflexão e deliberação de diretrizes, ações e metas a serem efetivadas no município.

Desse modo, este artigo busca compreender quais os limites e possibilidades vigentes para a participação e o controle social das políticas culturais de Mossoró-RN, por meio da atuação do Conselho Municipal de Política Cultural (CMPC).

Quando falamos em política cultural, não estamos nos referindo apenas a uma relação administrativa organizada e centralizada por parte do governo sobre a cultura, mas, sim, como situa Eduardo Nivón Bolán ao “interesse e a tensão existentes entre o poder político e o campo da cultura e da arte” (BOLÁN, 2006, p. 54). Portanto, torna-se importante investigar quem são os agentes das políticas culturais e qual a relação entre eles.

A abordagem realizada baseia-se na pesquisa documental desenvolvida a partir da análise de documentos institucionais e projetos de lei, bem como levantamento bibliográfico acerca das Políticas Culturais no Brasil. Para o propósito, foi realizada uma pesquisa documental nos órgãos competentes do município para coleta de dados/informações acerca do processo de criação e desenvolvimento de programas, projetos e leis na esfera da cultura na cidade de Mossoró-RN, para apreender as diretrizes de sua formulação e compreender como se deu seu processo de execução no decorrer dos

anos e os impactos dos mesmos na cultura mossoroense enquanto políticas públicas. Realizamos também entrevistas semiestruturadas de caráter qualitativo com os representantes da sociedade civil no Conselho Municipal de Política Cultural e com os gestores (secretários de cultura) a partir do ano de 2013 até o ano de 2018, sendo estes respectivamente os secretários Gustavo Rosado (2013-2014), Isolda Dantas (2014-2016) e Eduardo Falcão (2017-atual), configurando assim, as três últimas gestões municipais, tendo como recorte temporal os últimos anos a partir da adesão do município ao SNC para compreender as concepções, metodologias e programas que adotaram durante a gestão municipal da cidade de Mossoró no campo da cultura<sup>3</sup>.

### **AVALIAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DO CMPC NO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ COMO ESPAÇO DE DEMOCRACIA PARTICIPATIVA**

A partir dessas considerações feitas acerca da formulação, estruturação e desafios dos conselhos, refletimos sobre a instituição do CMPC de Mossoró-RN. Para este fim, em diálogo com os gestores que fizeram parte da criação e estruturação desse conselho, e colaboraram com esta pesquisa por meio de entrevistas, avaliamos a constituição política e a implantação da lei que o instituiu e analisaremos os passos para sua organização, destacando a efetivação da participação social dos seus membros, a forma de eleição, bem como as tensões e debates para sua implementação e da lei que instituiu o conselho. Outro instrumento de análise desse processo ocorrerá também por meio das atas das reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho Municipal de Política Cultural de Mossoró, referentes aos anos de 2015, 2016 e 2019.

Foi a partir da Lei Complementar Nº 082, de 13 de Abril de 2013, que o município de Mossoró criou o seu Sistema Municipal de Cultura (SMC), aderindo assim ao Sistema Nacional de Cultura (SNC), por força da celebração do pacto de cooperação representado através do protocolo de intenções, firmado entre os Governos Federal e Municipal,

---

<sup>3</sup> Vale ressaltar que a gestão de Isolda Dantas à frente da secretaria de cultura durou até janeiro de 2016, pouco antes da secretaria ser extinta na gestão do prefeito à época Francisco José Jr, sendo posteriormente substituída pelo músico Dayvid Almeida como secretário até o final do mandato em dezembro. Tendo em vista que Dayvid apenas ocupou o cargo no final do mandato, compreendendo o final da gestão, não achamos relevante investigar a atuação do mesmo à época.

durante a gestão da prefeita Cláudia Regina<sup>4</sup> (DEM), sendo ratificado pela União, no Diário Oficial da União de 19 de agosto de 2013, reconhecendo assim, o Sistema Municipal de Cultura de Mossoró.

A Lei Complementar Nº 082 dispõe sobre os princípios, objetivos, estrutura, organização, gestão, inter-relações entre os seus componentes, recursos humanos, financiamento e dá outras providências ao Sistema Municipal de Cultura. Para além disso, a referida lei também prescreve e determina o papel do poder público municipal na gestão da cultura; dos direitos culturais; sua concepção de cultura,<sup>5</sup> a estrutura organizacional; seus instrumentos de gestão (Plano Municipal de Cultura, Sistema de Informações e Indicadores, Sistema Municipal de Financiamento à Cultura, Programa Municipal de Formação na Área da Cultura), etc.

Calabre (2010) ressalta que dentre as condições de adesão ao SNC, por parte dos municípios, está o compromisso de criação de Conselhos Municipais de Política Cultural. Sobre a adesão, o Secretário de Cultura que ocupou o cargo na época, Gustavo Rosado<sup>6</sup> comenta que:

---

<sup>4</sup> É salutar frisar, que as gestões a frente da Prefeitura de Mossoró que se sucederam entre 2001 a 2013, todas, senão foram encabeçadas, foram apoiadas pelos Rosados, - grupo político local oligarca da cidade de Mossoró que tem forte influência política no município. Cláudia Regina apesar de não levar o sobrenome do grupo oligarca, recebeu apoio dos Rosados durante sua campanha em 2012, e anteriormente, chegou a ser vice-prefeita de Mossoró no primeiro mandato de Fafá Rosado a frente da Prefeitura de Mossoró, em 2004. Os Rosados vem permanecendo no poder, particularmente na administração da Prefeitura de Mossoró, desde 1948 até os dias atuais, e em determinados períodos, ganharam projeção política no cenário estadual com Dix-Sept Rosado no Governo do Estado nos anos de 1950, e em 2011, novamente, com uma representante da família, Rosalba Ciarlini Rosado, que também esteve na gestão do poder político estadual. A mesma, atualmente, é prefeita da cidade de Mossoró, no seu quarto mandato. Para saber mais sobre a dominação política dos Rosados, ler: “A abertura pós-Estado novo e a estratégia de poder do Rio Grande do Norte: O caso da família Rosado em Mossoró” – 1945-1964 (2001), de Lemuel Rodrigues da Silva; “Memória e imaginário político na (re)invenção do lugar: os Rosados e o país de Mossoró” (2000), de José Lacerda Alves Felipe; “Mitologias do ‘País de Mossoró’” (1997), de Francisco Fagundes Paiva Neto; e “Os Rosados Divididos: como os jornais não contaram essa história” (2017), de Bruno **Emanoel Cirilo** Barreto.

<sup>5</sup> O Poder Público Municipal compreende a concepção tridimensional da cultura — simbólica, cidadã e econômica — como fundamento da Política Municipal de Cultura.

<sup>6</sup> Gustavo Rosado no final da década de 90 foi um dos fundadores do grupo teatral Nocaute A Primeira Vista, e participou da luta pela construção do Teatro Municipal de Mossoró, participando do Movimento Caiçara e da criação da Cooperativa de Artistas, Técnicos e Produtores Culturais (COOCAR). Segundo Lima (2009, p. 16) *apud* Santos (2011, p.46): “os Rosados estiveram presente num movimento que brotou espontaneamente dos grupos de artistas locais. Em seguida, tornou-se instrumento político dos Rosados, considerando eu os mandatos da prefeitura das últimas décadas foram de membros da família.” Gustavo também é idealizador de diversos projetos durante sua passagem pela Secretaria de Cultura de Mossoró, como o Pingo da Mei Dia e o Cidadela no Mossoró Cidade Junina, Sacolão Cultural, etc. Ele é irmão de Fafá Rosado, ex-Prefeita de Mossoró, antecessora de Cláudia Regina. Durante os dois mandatos da irmã a frente da Prefeitura de Mossoró (2005 – 2008), Gustavo Rosado exerceu a função de Chefe de Gabinete e na gestão de Rosalba Ciarlini (2001-2004), foi Secretário da Cidadania.

Sem dúvida, não foi assim uma coisa inédita e pioneira da cabeça dela (Cláudia Regina). Mas é uma coisa que estava prevista, programada e pensada porque só um louco não aderiria. Porque senão você fica completamente fora do processo. Agora essa adesão se dá lenta e gradualmente, são etapas que precisam ser vencidas... (GUSTAVO ROSADO)

O relato do ex-secretário revela que a demanda criada por parte do Sistema Nacional de Cultura visando a institucionalização da cultura, acompanhada pela realização de conferências nacionais da área, que tiveram uma grande mobilização, também justifica a ampliação significativa dos conselhos de cultura no país. Para além disso, se o município não estivesse alinhado a política do SNC, a cidade de Mossoró ficaria comprometida de não poder receber recursos financeiros diretos do MinC. Então a questão econômica foi outro fator determinante para esse processo.

E é na própria lei que institui do SMC que há a instituição do Conselho Municipal de Política Cultural (CMPC) de Mossoró. O referido Conselho é um órgão colegiado deliberativo, consultivo e normativo, integrante da estrutura básica da Secretaria Municipal da Cultura (SMC), com composição paritária entre poder público e sociedade civil, se constitui no principal espaço de participação social institucionalizada, de caráter permanente, na estrutura do Sistema Municipal de Cultura de Mossoró.

A missão primordial do CMPC, segundo art. 39, §1º da Lei Complementar 82:

CMPC tem como principal atribuição atuar, com base nas diretrizes propostas pela Conferência Municipal de Cultura — CMC, elaborar, acompanhar a execução, fiscalizar e avaliar as políticas públicas de cultura, consolidadas no Plano Municipal de Cultura — PMC. (MOSSORÓ, 2013, p. 13-14).

Diante disso, foi durante a 2ª Conferência Municipal de Cultura de Mossoró, que contou com a participação de 123 pessoas, cujo tema era “Uma política de Estado para a cultura: Desafios do Sistema Municipal da Cultura”, realizada no dia 08 de agosto de 2013, que a sociedade civil elegeu democraticamente os seus representantes da sociedade civil para compor o Conselho de Política Cultural.

Entretanto, a composição do conselho com seus membros democraticamente eleitos da sociedade civil não foi concretizada naquele período. Um dos motivos justificados pelos conselheiros entrevistados e pelo ex-secretário de cultura à época, se dá em decorrência do processo de instabilidade política inédito ocorrido na cidade de Mossoró, onde a ex-prefeita Cláudia Regina foi afastada do cargo efetivamente em

dezembro de 2013, após acumular 12 processos de cassação ao longo do seu primeiro ano de mandato.<sup>7</sup> A ex-prefeita foi condenada por abuso de poder político e econômico, uso indevido de meio de comunicação, propaganda institucional irregular e conduta vedada a agentes públicos.<sup>8</sup> Sobre este fato, o secretário de cultura da gestão na época comenta que:

Uma coisa que precisa ser considerada é que Cláudia administrou por 11 meses, ela foi afastada no início de dezembro. Ela foi afastada, em definitivo, em 05 de dezembro ou 3 de dezembro. Mas antes disso, eu acho que aconteceu um outro afastamento, e outras ameaças de afastamento. Então, foi um primeiro ano muito turbulento pra ela (...) então quando isso acontece, isso passa a ser prioridade. Ora, amanhã ela é prefeita ou não é prefeita!? Ela vai ser afastada ou não vai? Isso cria uma insegurança dentro da máquina administrativa junto ao comércio, junto ao fornecedor, junto ao prestador de serviços. Isso foi muito ruim para a cidade, e isso também pode ter contribuído para que não tenha havido a posse. (GUSTAVO ROSADO)

E em virtude dos membros do Conselho Municipal de Política Cultural não terem sido empossados naquele ano, o ex-secretário reforça que:

Por parte do Executivo e por parte da prefeita, não houve nada deliberado para proibir que isso acontecesse porque ela é uma pessoa que trabalha muito com conselho, vê muito bem a importância da sociedade civil representando e ajudando a administrar. Então, o motivo não terei como dizer agora, mas com certeza não foi nenhuma retaliação ou receio do que isso pudesse acontecer, de forma alguma. (GUSTAVO ROSADO)

Após o afastamento da ex-prefeita, o presidente da Câmara Municipal de Mossoró, o vereador Francisco José Jr (PSD) assumiu a Prefeitura de Mossoró interinamente, e posteriormente assumindo o cargo efetivamente após vencer as eleições suplementares com 88% dos votos válidos,<sup>9</sup> tendo o professor Luiz Carlos (PT) como seu vice.<sup>10</sup> Embora a liderança do executivo municipal tenha sido alterada em decorrência do afastamento da ex-prefeita Cláudia Regina, a Secretaria de Cultura de Mossoró, durante o período de dezembro de 2013 à junho de 2014, não mudou na gestão interina de Francisco José Jr, tendo Gustavo

---

<sup>7</sup> Para saber mais, ler: <http://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2013/12/apos-10-cassacoes-prefeita-eleita-de-cidade-do-rn-sera-afastada-do-cargo.html>  
<http://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2014/04/juiz-eleitoral-nega-candidatura-prefeita-cassada-12-vezes-em-mossoro.html>

<sup>8</sup> Os crimes eleitorais foram cometidos durante a campanha para a Prefeitura de Mossoró em 2012.

<sup>9</sup> A vitória de Francisco José Jr, na eleição suplementar de 2014, foi um fato marcante para a história recente da política mossoroense, tendo em vista ele ter sido o primeiro prefeito eleito da cidade sem o apoio da família Rosado nos anos 2000.

<sup>10</sup> Foi a primeira vez que o Partido dos Trabalhadores (PT) teve assento no executivo municipal da cidade de Mossoró.

Rosado a frente da pasta até o início de julho de 2014. Totalizando um período de 18 meses à frente da pasta da cultura de Mossoró.

O conselheiro Josué Damasceno<sup>11</sup> em entrevista revela que não havia interesse da Secretaria de Cultura em fortalecer o conselho, na concepção dele a gestão municipal via a necessidade da existência do conselho como uma mera formalidade administrativa para poder se enquadrar com o Sistema Nacional de Cultura, embora não houvesse, segundo ele, um interesse naquele momento em desenvolver políticas públicas de cultura no município.

Embora o ex-secretário tenha afirmado que por parte da chefia do executivo municipal não tenha havido nenhum empecilho para consolidação e posse dos membros do conselho, não identificamos nenhuma iniciativa por parte do ex-secretário com vistas a buscar que isso ocorresse naquele período, tendo em vista que ele em teoria deveria ser o condutor da política cultural do município, com participação da sociedade civil, e exercer a coordenação, execução e implementação de todo o arranjo político-administrativo do Sistema Municipal de Cultura. Diante disso, podemos afirmar que ele foi omissos do seu papel enquanto gestor frente a questão do conselho e que não houve por parte do ex-secretário uma busca pelo desenvolvimento das políticas culturais no município de Mossoró, tendo como norte de sua gestão a política de eventos realizadas na cidade, que compõe como maior expressão o evento do Mossoró Cidade Junina e no Auto da Liberdade até o momento de sua saída da gestão municipal, do qual o mesmo afirma que foi um desejo dele de sair naquele momento.

Embora, naquele período, não houvesse como a sociedade civil cobrar institucionalmente por meio do conselho, o movimento cultural da cidade estava bastante organizado e cobrava diversas pautas de interesse dos fazedores da cultura, por meio do Movimento Ventania. O referido movimento iniciou-se em março de 2012 como uma articulação de vários grupos de teatro da cidade, que além de produzirem arte e escoar suas montagens por Mossoró e região, também sentia a necessidade de estarem organizados. No mesmo ano realizaram diversos debates com os candidatos a prefeito da cidade a época afim de dialogar e firmar o compromisso dos mesmos com suas pautas. Era composto por diversos grupos teatrais e artísticos da cidade de Mossoró, dentre eles: o Grupo Arruaça de Teatro, Cia Escarcéu de Teatro, Grupo Tirinet de Teatro, O Pessoal do Tarará, dentre outros, dos quais, denunciavam a política de eventos adotada pelo município, com maior atenção para os

---

<sup>11</sup> Josué Damasceno é membro da *Associação dos Poetas e Prosadores de Mossoró (APOEMA)*.

grandes eventos como Mossoró Cidade Junina e o Auto da Liberdade e a ausência de outras iniciativas que estruturassem a política cultural local, além do favorecimento de determinados artistas, em detrimento dos demais, tendo em vista que não havia mecanismos que democratizasse a gestão naquele período. Como expõe o ator Dionizio do Apodi *apud* Soares (2015, p. 220-221):

Protesto contra a grande mentira que é a política cultural de Mossoró. Participam dessa mobilização diversos grupos insatisfeitos com o atual modelo, em que a prefeitura propaga e passa a imagem de que tudo está bem, mas isso não é verdade. [...]. Representará a luta por uma política cultural democrática e ações culturais decididas em conjunto com a categoria. Com isso, estamos decretando, a partir de agora, que as ações também passem pelos artistas e que não sejam impostas de cima para baixo, como vem acontecendo.

O mesmo complementa que:

O que a gente viu foi um investimento maciço no Chuva de Bala e outros eventos do tipo. Não sou contra este tipo de evento, até porque já participei, e acho que ele tem o seu lugar. Mas da forma que está sendo feito hoje em Mossoró está prejudicando os artistas e enganando a população, que em busca do pão e circo não consegue ler o que está por trás de todos aqueles efeitos: uma política devastadora que arrasa com as pequenas iniciativas que não encontram outras formas de sobreviver (*apud* SOARES, 2015, p. 225).

O Movimento Ventania era um grupo de cobrança bastante da gestão municipal novos rumos para a política cultural do município e promoveu diversas atividades para publicizar suas pautas, gerando um grande desgaste a gestão municipal à época. Para além da cobrança à Prefeitura de Mossoró, o movimento cobrava também do Governo do Estado do Rio Grande do Norte a abertura do Teatro Lauro Monte Filho, na época fechado a bastante tempo para reformas. Entretanto, o ponto central das cobranças do movimento se dava pela forma que as ações eram promovidas pela Prefeitura de Mossoró. Uma delas é a mudança do formato e da direção do espetáculo Auto da Liberdade e Chuva de Bala, onde ainda em 2013, o movimento reivindicava que o espetáculo Chuva de Bala fosse dirigido por diretores mossoroenses, em vez da direção ficar sob a responsabilidade de João Marcelino, diretor potiguar que dirigiu o espetáculo durante 10 edições seguidas. Além de desenvolver um novo formato para o Auto da Liberdade.<sup>12</sup>

---

<sup>12</sup> O Movimento produziu um Manifesto e um jornal, o intuito era de informar a população as principais ações e questionamentos que o movimento vem fazendo para a democratização da cultura no RN, ambos em anexo neste trabalho.

Diante disso, após uma série de conflitos frente ao movimento cultural da cidade e na gestão municipal, Gustavo Rosado é afastado da Secretaria de Cultura e no seu lugar, no início de julho de 2014, Isolda Dantas<sup>13</sup> assume como Secretária de Cultura de Mossoró, sendo uma indicação do Partido dos Trabalhadores (PT).

A partir da nomeação de Isolda, é possível identificar uma nova relação entre governo e sociedade civil sendo construída. Em relação a isso, a atual presidente do Conselho comenta que, “quando Isolda assume, ela passa a tomar atitudes que envolveram realmente o conselho. Isso partiu dela, pois como não tínhamos um gestor no núcleo (do conselho), então ela começou. Porque era necessário!” (JOANA D’ARC).<sup>14</sup> Essa iniciativa de envolver a participação da sociedade civil e dos movimentos sociais faz parte também da identidade ideológica da nova Secretária de Cultura, que se identifica-se no campo político da esquerda. Tendo um viés ideológico contrário ao tradicionalmente ocupado no executivo municipal nas gestões passadas.

Uma das primeiras preocupações identificadas pela gestora na época era a de buscar a viabilidade da posse do Conselho eleito naquele período, segundo Isolda:

Quando nós chegamos na secretaria não tinha conselho. Mas existia um conselho eleito, mas não empossado. Nós passamos um ano lutando para empossar o conselho. E qual era o problema? A lei que criou e determinava a criação do conselho, não dizia como os membros da sociedade civil deveria ser eleito. Então, a Procuradoria do Município dizia que eu não poderia dar posse aos conselheiros da sociedade civil porque não dizia como era o processo de eleição. O do poder público poderia tomar posse, mas o da sociedade civil não. Então o governo municipal teve que mandar uma lei pra câmara alterando a lei que criava o conselho, para dizer que os processos ocorridos a 2 anos retroativos poderiam ser considerados para posse do conselho. Ai no início de 2015, a gente deu posse ao conselho. (ISOLDA DANTAS).

Diante disso, a gestão municipal buscou construir alternativas que viabilizasse a posse dos membros escolhidos pela classe artística na Conferência Municipal de Cultura realizada em outrora. Desse modo, o executivo encaminhou a alteração os artigos 39, § 2º, e 40, § 1º e 4º. da Lei Complementar n.082, de 03 de abril de 2013 para dar poder ao

---

<sup>13</sup> Graduada em Ciências Sociais (UERN) e especialista em Gestão de Políticas Públicas pela Universidade de Brasília. Atuou como gestora pública no Ministério do Desenvolvimento Agrário em Brasília. Possui mais de 20 anos de filiação ao Partido dos Trabalhadores de Mossoró e atualmente é filiada à Secretaria Nacional de Mulheres do PT. Formadora da Escola Nacional de Formação do PT e da Fundação Perseu Abramo, por muitos anos foi ativista do Movimento Feminista de Mossoró. Após sua passagem pela secretaria de cultura de Mossoró, tornou-se vereadora do município na eleição de 2016 e atualmente exerce seu primeiro mandato como deputada estadual do RN, sendo a deputada mais votada de sua coligação na eleição de 2018.

<sup>14</sup> Joana D’arc faz parte da Academia Feminina de Letras e Artes *Mossoroense* (AFLAM).

conselho, substituindo pela seguinte redação:

Art. 39 – (...) § 2º - Os integrantes do Conselho Municipal de Política Cultural — CMPC que representam a sociedade civil são eleitos democraticamente, pelos segmentos culturais com atuação e representação no Município de Mossoró.

[...]

Art. 40 – (...) § 1º. Os membros titulares e suplentes representantes do Poder Público serão designados pelo (a) Prefeito (a) e os representantes da sociedade civil serão eleitos em Conferência Municipal convocado pelo (a) Prefeito (a) e pelo (a) Secretário (a) Municipal de Cultura, consoante procedimento estabelecido no Regimento Interno do referido Conselho.

[...]

§ 4º. Todos os titulares e suplentes do CMPC exercerão mandato de dois anos, renovável nina vez, por igual período.

Art. 19 — Fica inserido no bojo da Lei Complementar no 082, de 03 de abril de 2013, o art. 40-A e seus parágrafos, de seguinte redação:

Art. 40-A - A constituição inicial do Conselho Municipal de Políticas Culturais — CMPC referido nesta lei será estabelecido por ato do (a) Prefeito (a), observada a formação definida no art. 40, *caput*. desta lei.

§ 1º - Os representantes da sociedade civil que integrarão a constituição inicial do Conselho Municipal de Políticas Culturais deverão ser nomeados prioritariamente entre representantes dos seguimentos culturais indicados ou democraticamente eleitos em convenções, fóruns ou encontros culturais realizados no âmbito municipal nos últimos dois anos.

§ 2º - Competirá ao Conselho Municipal de Políticas Culturais em sua constituição inicial, prevista neste artigo, elaborar o seu regimento interno, o qual deverá ser aprovado por decreto do Prefeito. (PREFEITURA DE MOSSORÓ, 2015, p. 08-09).

A partir da publicação da lei, os cinco conselheiros da sociedade civil puderam enfim tomar posse, sendo estes: Joana D’arc, Josué Damasceno, Aécio Candido, Rogenildo Silva e Genildo Costa.<sup>15</sup>

Essas alterações vieram em conjunto com a criação da Lei Municipal N° 3.270, de 20 de março de 2015, a Lei Mauricio de Oliveira, que visa instituir o marco legal para fomentar e estimular as ações culturais do município por meio de seleções públicas, com participação do conselho municipal nesse processo, e da execução de uma política de fomento as manifestações artísticas por meio de premiação, garantindo por lei o Prêmio Fomento do município a arte e a cultura, para ser desenvolvido anualmente. É salutar frisar, que essa era uma das pautas do Movimento Ventania que foi conquistava como fruto de muito dialogo e cobrança da gestão municipal, tendo em vista que o Prêmio Fomento apesar de ter acontecido em gestões passadas, não tinha a segurança institucional por lei, caracterizando como uma política de governo, e não de Estado.

Nesse contexto, analisando as entrevistas realizadas com os gestores e os

---

<sup>15</sup> Em votação entre seus pares, a conselheira Joana D’arc foi escolhida a presidenta do conselho. A mesma ocupa esta mesma função até o atual momento.

membros da sociedade civil do Conselho de Política Cultural, e das atas das suas reuniões, é possível identificar um esforço da gestão de Isolda Dantas a frente da secretaria de cultura de abrir uma instancia de diálogo e participação efetiva da sociedade civil para debater e formular em conjunto, na medida do possível, a tomada de decisões.

Nós participamos dos movimentos, desses grandes eventos, tanto do Auto da Liberdade como do Mossoró Cidade Junina. Inclusive na escolha, na participação da elaboração de projetos, nas festas juninas, no Auto da Liberdade (...) nós tivemos participação em todos os movimentos, o conselho sempre era chamado. (JOANA D'ARC)

Durante sua gestão, o conselho acompanhou e participou de alguns processos dos eventos do calendário cultural do município, além de dialogar sobre as sugestões e demandas da classe artística sobre esses eventos, o conselho também participou da elaboração do edital do Prêmio Fomento lançado durante sua gestão. Isso se dá, principalmente pela compreensão da concepção de gestão de cultura que a ex-secretária adotava, que ia de encontro as diretrizes e formulações do MinC. A mesma recorda que “A primeira vez que veio um ministro da cultura para Mossoró, foi durante a nossa gestão, - que veio para o Seminário Novas Liberdades<sup>16</sup>, - que foi Marta Suplicy.” (ISOLDA DANTAS).

Embora a ex-secretária demonstrasse interesse em desenvolver um novo modelo de fazer gestão à frente da Secretaria de Cultura, com mais participação social, diálogo e transparência, havia uma forte resistência por parte de alguns setores, principalmente por ela não ser uma pessoa naturalmente ligada ao campo da cultura, e também, porque historicamente os gestores que estiveram à frente da Secretaria de Cultura de Mossoró tinham estreita relação política de influência da família Rosado e seu modos operante. Onde o que operava era a política de eventos, sob o viés do clientelismo, que eram favorecidos aqueles que seguissem a cartilha de quem estivesse no poder. Diante isso, Isolda expõe:

---

<sup>16</sup> O Seminário Novas Liberdades é uma atividade que faz parte da programação da Festa da Liberdade, comemorada no mês de setembro em alusão aos atos pioneiros e de resistência da cidade de Mossoró, tendo como destaque o espetáculo Auto da Liberdade. O Seminário visa realizar palestrar, debates e encontros acerca de temas voltado para a discussão de políticas culturais e de pautas identitárias.

O fato é que recai sobre o que era a concepção do gestor também sobre a secretaria, que era meio... para executar o Mossoró Cidade Junina. E nossa concepção não era essa, nossa concepção era outra, era construir política cultural. Então sempre existiu muito choque nisso. (ISOLDA DANTAS).

Embora Isolda tenha mantido a política tradicional de eventos da cidade, - tendo em vista que apesar de que ela não concordasse com o modo como a política de eventos era conduzida no município, era claro que uma mudança radical nessa política poderia trazer um desgaste acentuado para a gestão, tendo em vista que esse modelo dos grandes eventos são bastante enraizados no imaginário popular – a mesma buscava construir mecanismos de gestão que pudessem consolidar os marcos legais para a política cultural do município. Mossoró é divulgada e conhecida pelos seus grandes eventos, sendo estes, o Mossoró Cidade Junina e o Auto da Liberdade. Entretanto, a política cultural do município, até hoje, não teve um desenvolvimento estruturante, resumindo-se a uma política de eventos pontual voltadas para os eventos de apelo turístico e econômico. E numa perspectiva democratizante e de efetivo desenvolvimento da cultura local, a política cultural do município deveria ser planejada e estruturada tendo por base um Plano Municipal de Cultura que norteie e estruture a política cultural, possibilitando instâncias de diálogo e participação na construção das suas diretrizes e metas, buscando superar as demandas reais do setor cultural. Este plano, por sinal, nunca foi formulado mesmo com a presença de gestores sensíveis a esta causa.

Embora a passagem de Isolda pela Secretaria de Cultura tenha possibilitado alguns avanços no que tange as questões da participação social na gestão municipal, sua gestão não durou por muito tempo.<sup>17</sup> A saída de Isolda da gestão municipal vem de encontro também com o rompimento político do Partido dos Trabalhadores com a gestão do prefeito da época, devolvendo assim, todos os cargos ocupados no executivo municipal. Após este fato, a cultura de Mossoró vive outro período de retrocesso quando o prefeito Francisco José Jr decide extinguir a Secretaria de Cultura do município, transformando-a em uma subsecretaria subordinada à Secretaria de Educação, em 2016.

Essa mudança se deu em virtude da política de austeridade implementada no município por meio da reforma administrativa da máquina pública, como forma de

---

<sup>17</sup> O Partido dos Trabalhadores do qual a mesma faz parte, rompeu as relações políticas com o prefeito Francisco José Jr.

equilibrar as contas do município. E a cultura como tradicionalmente vista por alguns gestores como uma pasta menos importante, foi uma das primeiras a serem afetadas durante esse processo. Diante disso, diversas campanhas eclodiram na cidade com vistas a retomada da Secretaria de Cultura<sup>18</sup> através de um movimento cultural identificado à época como “Movimento Cultura Viva”,<sup>19</sup> além de também, cobrar mais recursos para a cultura, a exemplo da Lei Orçamentaria Anual<sup>20</sup> para o ano de 2017.<sup>21</sup>

Embora os artistas mossoroenses tenham se engajado para que a Secretaria de Cultura pudesse ser recriada, a mesma só foi se efetivar após o início do quarto mandato de Rosalba Ciarlini (PP) a frente da Prefeitura de Mossoró, representando também, a volta da família Rosado ao poder político local. Com a recriação da Secretaria de Cultura, a prefeita nomeia o arquiteto Eduardo Falcão<sup>22</sup> para assumir a pasta da cultura. Vale destacar também, que assim como ocorreu com o Movimento Ventania na gestão passada, lideranças do Movimento Cultura Viva que mobilizaram os artistas em prol de melhorias para a classe, foram nomeados para ocuparem cargos de confiança na atual gestão da Secretaria de Cultura.

Apesar da volta dos Rosados no cenário político à frente do executivo municipal ter proporcionado a recriação da Secretaria de Cultura, no que tange as instâncias de participação social, também voltam outros problemas antigos referentes ao Conselho Municipal de Política Cultural. Desde a posse da prefeita, em 2017, até o ano de 2019, o Conselho se desestruturou. Segundo os conselheiros, logo no início de sua gestão, os mesmos procuraram a chefe do executivo municipal para dialogar e deixar a atual prefeita e o seu secretário de cultura a par de todos os processos realizados pelo conselho e suas demandas. Embora os conselheiros tivessem tomado para si a responsabilidade de tomar a iniciativa de buscar dialogar com nova gestão à frente da prefeitura, os mesmos não tiveram a devida importância retribuída naquele período. Uma problemática encontrada

---

<sup>18</sup> Fonte: <http://www.omossoroense.com.br/artistas-se-mobilizam-contr-a-extincao-da-secretaria-municipal-de-cultura/?fbclid=IwAR3NaeoUxZ6kudxpg4t5c0k7zCO8cbf374pfd02Ub8lqJ6eWM09emx1ASN0>

<sup>19</sup> Esse contexto também se insere no período de instabilidade política do golpe parlamentar de 2016 e no contexto do Ministério da Cultura durante a gestão interina de Michel Temer a frente da Presidência da República.

<sup>20</sup> Ofício protocolado pelo movimento aos vereadores em anexo.

<sup>21</sup> Fonte: <https://www.blogcarolribeiro.com.br/2016/11/movimento-cultural-de-mossoro-critica.html?fbclid=IwAR2Y8gWU13yveRPt2JGWFNS4fzlvMUhpJBptT166FbjfN49PGd62zz4A1FY>

<sup>22</sup> Eduardo é arquiteto e urbanista e atuou na pasta da Infraestrutura durante a gestão da ex-prefeita Fafá Rosado, assinando vários projetos como a Praça da Convivência, Memorial da Resistência e a Praça do Relógio. Ele também foi um dos idealizadores da Troça Batendo o Centro.

nesse período, diferentemente de gestões anteriores, não foi de dar posse aos membros da sociedade civil no conselho, mas sim, de compor com os novos membros da gestão municipal no conselho. Diante disso, o conselho ficou durante dois anos sem representação do poder público, desse modo também, sem atuação paritária durante esse período. Sobre este fato, a presidente do conselho relembra a diferença de tratamento da gestão municipal anterior com o conselho, em relação a atual gestão.

Na gestão passada, do Francisco e da Isolda, a gente tinha uma parte muito presente, nós éramos muito solicitados. A gente tinha reunião sempre, inclusive na sala da secretária. Nós tínhamos reuniões, que no início quando ainda não havíamos presidente (do conselho), era a secretária que fazia a convocação (...) na gestão de Rosalba a coisa morreu... O conselho ficou acéfalo. (JOANA D'ARC)

O conselheiro Josué Damasceno complementa que:

Eles não têm interesse que o conselho funcione, porque eles não querem participar do conselho, mesmo tendo gente pra ser indicada como o próprio secretário de cultura... Eles não somam em absolutamente nada. O que entendemos é que pra eles vamos lá só pra compor pra efeitos de Ministério da Cultura, mas eles não somam em nada. (JOSUÉ DAMASCENO).

Diante desta problemática, Eduardo Falcão, o novo secretário de cultura, justificou esse fato atribuindo que:

Na verdade, era muita coisa pra ser feita, a gente assumiu uma secretaria que com dois meses após a secretaria ser recriada, iria ser o Mossoró Cidade Junina. A gente arrebanhando funcionários, juntando o povo, juntando material pra poder trabalhar, pra poder dar continuidade aos processos... Tudo isso era muito de repente, então, na verdade o tempo que a gente tinha para conseguir fazer essas atividades extras – que eu vou chamar de extra, é que não são esses grandes eventos – porque em detrimento de colocar o conselho pra funcionar... A gente só tem um corpo de funcionários, então a gente tinha que deixar os eventos funcionando. E ir trabalhando aqui com calma o restante com mais calma, então o tempo foi só esse mesmo. (EDUARDO FALCÃO).

Nessa fala de Eduardo, secretário de cultura da gestão da prefeita Rosalba Ciarlini, fica claro a visão atribuída dos atuais gestores em relação ao conselho e o lugar que os mesmos o colocam. O Conselho não é visto como um órgão que deveria se dá a devida importância em comparação com outras iniciativas da gestão municipal, como por exemplo, os grandes eventos já popularmente conhecidos. Que inclusive, o conselho deveria fazer parte da construção dos mesmos, coisa que não ocorreu durante esse

período. Diferentemente do que aconteceu em outrora, não havia dessa vez, uma dificuldade burocrática, tampouco jurídica de nomear seus pares. Com esse descaso em relação a composição e efetivação da atuação do conselho, ocorreu o distanciamento de alguns membros da sociedade civil nesse processo, seja por motivações pessoais e/ou tendo em vista a paralisação das atividades do conselho durante esse período que ficaram desassistidos pelo executivo municipal.

É válido destacar, que a execução do Mossoró Cidade Junina, na atual e nas gestões passadas é a ação da secretaria de cultura que mais dispõe e exige de recursos humanos e financeiros da gestão cultural do município, tendo em média, mais da metade do orçamento da cultura destinado para esse evento.<sup>23</sup>

Para além disso, outro fator que ficou prejudicado a partir da não atuação do conselho nesse período de dois anos, foi em relação a política de fomento do município, que por lei deve ter participação direta do conselho. Durante os anos de 2017 e 2018 a Prefeitura de Mossoró não lançou os editais de fomento para a classe artística-cultural, que deveria ser executado anualmente, como prescreve a lei Maurício de Oliveira, criada na gestão passada. Constatando assim, um retrocesso em relação ao que se vinha sendo desenvolvido no município.

Embora consideramos que, de fato, a extinção da Secretaria de Cultura no final da gestão do ex-prefeito Francisco José Jr tenha causado prejuízos administrativos para a retomada dos trabalhos da pasta em questão, não podemos concordar que isso tenha sido um empecilho capaz de atrasar processos e ações que demandavam a iniciativa da atuação da secretaria de cultura em paralelo, dentro de um prazo de atraso de 24 meses.

Diante dessas questões, uma comissão de artistas, que não fazia parte do Conselho de Políticas Culturais, se reuniu com o secretário Eduardo Falcão em novembro de 2018 para cobrar algumas ações da gestão municipal. Os artistas apresentaram ao secretário uma pauta de reivindicações construída pelo movimento Cultura Viva, em 2016, para o então gestor do município. Dentre os pontos importantes que constavam nas reivindicações, estavam a reativação do Conselho Municipal de Cultura e do Fundo Municipal de Cultura, além da realização do Prêmio Fomento.<sup>24</sup> Após a pressão dos

---

<sup>23</sup> Para saber mais, ver: “Os megaeventos no País de Mossoró: Arte ou Entretenimento?” (2017), de Mykaell Christyan Bandeira.

<sup>24</sup><http://www.omossoroense.com.br/artistas-e-prefeitura-discutem-a-reativacao-do-conselho-municipal-de-cultura/>

artistas em relação a falta de políticas públicas para cultura começou a ter uma maior notoriedade no município, quando os artistas começaram a divulgar seus anseios na imprensa local.

Como resultado dessa mobilização e de algumas tentativas de diálogo dos representantes da sociedade civil que restaram no conselho, a secretaria de cultura de Mossoró convocou uma reunião ampliada com a classe artista para poder reativar o Conselho de Políticas Culturais e legitimar a nomeação de novos membros da sociedade civil que devido ao processo de desarticulação do conselho, acabou ficando em vacância.<sup>25</sup> Desse modo, o conselho poderia voltar a atuar e assim, dar prosseguimento as políticas culturais do município, como o Prêmio Fomento. Nesta reunião, que ocorreu no dia 29 de novembro de 2018 no auditório da Estação das Artes, foi decidida pela composição de representantes da sociedade civil no ato da reunião. Importante citar, que nesta reunião, a Secretaria de Cultura já chegou com nomes pré-estabelecidos como sugestão para compor a vacância do conselho que existia, tanto da sociedade civil, como do poder público. Indicando os cinco nomes da gestão municipal, e mais três nomes para compor a sociedade civil. O que de pronto, causou bastante discussão, e a priori, desconforto de alguns artistas presentes na ocasião. Entretanto, a gestão utilizou o discurso de que foi uma forma de tentar agilizar os processos e de tentar garantir a viabilidade da retomada dos editais do município. Nesse sentido, mesmo a contragosto de alguns, a maioria do plenário votou favorável a essa composição, legitimando os membros do conselho.<sup>26</sup> O secretário municipal de cultura, Eduardo Falcão, informou que a relação dos representantes do conselho seria publicada no Jornal Oficial do Município (JOM).

Entretanto, embora esta reunião tenha se encerrado com a promessa que na semana seguinte os membros do conselho já seriam empossados e o mesmo ser reativado, isso não ocorreu. Foi somente em 07 de fevereiro de 2019, dois meses depois, que a nomeação foi feita na edição do Jornal Oficial do Município (JOM).<sup>27</sup> A partir de então, o

---

<https://www.prefeiturademossoro.com.br/reativacao-do-conselho-municipal-de-cultura-e-discutida-entre-artistas-e-secretario/>

<sup>25</sup> O Conselho de Política Cultural de Mossoró é composto por cinco membros da sociedade civil e cinco membros do poder público, e naquele momento, somente dois conselheiros da sociedade civil ainda permaneciam atuantes no conselho.

<sup>26</sup> As pessoas da sociedade civil sugeridas pela gestão para compor o conselho eram pessoas ligadas a três expressões artísticas distintas: dança, música e cultura popular.

<sup>27</sup><http://tribunadajustica.com.br/membros-do-conselho-municipal-de-politica-cultural-sao-empossados-pela-prefeita-rosalba-ciarlini/>

conselho passou a contar como membros titulares: Joana D'Arc Fernandes Coelho – Academia Feminina de Letras e Artes Mossoroense – AFLAM, Genildo Costa Silva – Poema, Josué Damasceno Pereira – Poema, Thiago Bento Silva – Teatro, Diego Felipe Nunes – Musicista. E como membros suplentes: José Augusto Pinto – Teatro, Márcia Maria da Silva – Matriz Africana, Evandro Hallyson Dantas Pereira – Musicista, Maria Natali da Silva – Cantora e Natália Cristina Negreiros Evangelista Dantas – Dança.

Sobre a retomada do conselho, a conselheira Joana D'arc comenta que: “Nós conseguimos a reconstrução do conselho mediante uma situação constrangedora. Foi preciso momentos e momentos, várias vezes, várias vezes, várias vezes, pra convencer que era necessário a reconstrução do conselho.” Nesse sentido, segundo Josué Damasceno avalia que:

A intenção deles é que o conselho exista, mas amordaçados. Porque incomoda, quando tem a presença da sociedade, quando os artistas são comprometidos com a causa, e eles fazem parte do conselho, eles vão cobrar as ações da prefeitura. E quando se tem um conselho totalmente ligado e vinculado ao poder público, ele não funciona. (JOSUÉ DAMASCENO).

Uma questão relevante que também pode ter sido um fator determinante para a não atuação da Secretaria de Cultura de Mossoró em relação ao conselho, se dá pela referência que o Governo Federal exerce em relação aos municípios. E isso fica claro quando o secretário de cultura revela que:

É difícil dar continuidade a alguns processos porque mexeu-se muito na cultura do país, o Ministério da Cultura virou uma secretaria nacional e o Sistema Nacional de Cultura eu tenho sentido que não está funcionando (...) Como as políticas públicas municipais elas são o reflexo das políticas do âmbito estadual e federal, a gente observa hoje que teve uma alteração de como se trata o Sistema Nacional de Cultura, que tinha toda uma lógica. O Sistema Municipal de Cultura ele funcionava para alimentar o Sistema Nacional de Cultura. E como teve essa parada também, acredito que o que deve estar acontecendo lá... Eles estão reformulando alguns conceitos, algumas ideias, não tenho visto essa continuidade, então, aqui a gente também está aguardando as diretrizes e orientações do Governo Federal. (EDUARDO FALCÃO).

Desde o governo interino do ex-presidente Michel Temer a gestão cultural do país tem vivido diversos retrocessos que já comentamos anteriormente, e que tem se acentuado durante a gestão do atual presidente Jair Bolsonaro, que expressamente é contra a cultura, onde uma das suas primeiras ações a frente da presidência do país foi de

extinguir o Ministério da Cultura. E para além disso, tem como característica maior o seu autoritarismo e sua gestão não participativa. Não à toa, em seu primeiro ano de governo, tentou extinguir por meio de decreto mais de 700 conselhos de participação social do país.<sup>28</sup> Tudo isso reflete numa inflexão de uma expansão de uma política democrática, transparente e de plena participação social.

Todavia, embora a atual gestão não tenha tratado a questão da participação social a contento, a pressão dos artistas serviu que sua reativação servisse para a retomada de algumas ações culturais do município fossem retomadas, como o lançamento da edição do Prêmio Fomento 2019, que após alguns meses da posse do conselho, o mesmo foi lançado e construindo em parceria com o mesmo.

Entretanto, embora a retomada do conselho possa ter colaborado para a retomada de alguns marcos legais, as questões burocráticas e a falta de conhecimento de sua dinâmica de atuação por parte dos novos membros, deixaram a sua atuação bastante enfraquecida, comparada ao período da gestão anterior. Sobre essa questão, a presidente do conselho comenta que:

O conselho era pra ter um pouco mais de expressão, teve nas gestões passadas, mas nessa de agora não. (...) Houve menos chamadas, mas também houve chamadas. Inclusive agora no Prêmio Fomento nós tivemos representante pra avaliar os projetos, mas no Auto da Liberdade nós não participamos e nem do Mossoró Cidade Junina, quando era pra ter um representante. (JOANA D'ARC)

Constatou-se a partir da análise das atas das reuniões realizadas em 2015 e 2016, e das realizadas em 2019, que foi possível notar que a condução do conselho hoje se dá de uma forma totalmente diferenciada. Na gestão anterior, podemos identificar uma preocupação e interesse dos seus pares, de deliberar sobre as ações das pasta da cultura

---

<sup>28</sup> Essa é uma realidade bastante presente no Brasil na atualidade, onde o governo federal, logo no início da gestão do atual presidente Jair Bolsonaro (PSL), em 11 de abril de 2019, assinou o Decreto nº 9.759, posteriormente alterado pelo Decreto nº 9.812, de 30 de maio de 2019, a fim de extinguir órgãos colegiados da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, inclusive aqueles instituídos por ato infralegal, dentre eles os Conselhos, onde pretendia diminuir de 700 para menos de 50 o número de **conselhos** previstos pela Política Nacional de Participação Social (PNPS) e pelo Sistema Nacional de Participação Social (SNPS). Esses programas, criados pelo governo Dilma Rousseff, em 2014, também são extintos. De acordo com o decreto, além de conselhos, seriam encerrados comitês, comissões, grupos, juntas, equipes, mesas, fóruns, salas e qualquer outra denominação dada a colegiados que não tenham sido criados por lei. Diante da gravidade deste ato, o Supremo Tribunal Federal (STF) interviu, a partir de uma ação ajuizada pelo Partido dos Trabalhadores (PT) contra dispositivos do decreto 9.759/19, e decidiram liminarmente que o presidente Bolsonaro não pode extinguir colegiados da administração pública Federal, criados por lei, por meio de decreto.

na maioria de suas ações, seja incluindo o conselho na construção dos seus grandes eventos, como o Mossoró Cidade Junina ou o Auto da Liberdade, ou seja na construção de marcos legais e editais, como o Prêmio Fomento e a Lei Mauricio de Oliveira. Além de existir uma condução ativa dos trabalhos por parte da ex-secretária Isolda e da presidenta do conselho, Joana D'arc.

Entretanto, na atual gestão segundo as atas de reuniões, identificamos uma forte tendência de que nas abordagens predominem questões mais relacionadas à organização interna, como elaboração de regimentos e legislações específicas em detrimento dos assuntos públicos. O conselho resume-se a tratar de regularizar seu regimento interno por diversas reuniões sucessivas, tendo com exclusividade, em muitas ocasiões, as discussões se voltarem somente aos membros da sociedade civil em volta dessa única pauta, sem muita participação e condução da gestão municipal nesse processo. Exceto, em reuniões extraordinárias, neste caso, pela retomada do lançamento do edital do Prêmio Fomento, onde o município expressou interesse em incluir o conselho no processo, embora não tenha feito o mesmo para a construção dos grandes eventos. Portanto, é possível observar, que a institucionalidade do CMPC ainda possui um potencial relevante não utilizado pelos sujeitos que a compõem, seja pela inexperiência da gestão no compartilhamento de decisões políticas, seja pela ausência de mobilização e capacitação da sociedade civil que ainda não se apropriou devidamente desse canal de democracia participativa. Todavia, embora verifiquemos o pouco tempo da existência do CMPC do município de Mossoró, o que não favorece afirmações mais conclusivas, a análise da bibliografia sobre o tema, a partir de uma perspectiva comparada, nos faz crer que muitas são as dificuldades para que estes princípios normativos se efetivem em experiências concretas. Apesar da própria existência do conselho já indicar uma importante vitória na luta pela democratização dos processos de decisão, os estudos tem demonstrado que ainda tem sido muito difícil reverter, na dinâmica atual dos conselhos, a centralidade e o protagonismo do Estado na definição das políticas e das prioridades sociais.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os conselhos municipais são instrumentos da democracia participativa, constituindo-se como um órgão público mediador entre o poder público e a sociedade

civil, objetivando formular e melhorar as políticas públicas e sociais, tendo como função trazer para o Estado os problemas e demandas reais da sociedade, buscando atender as suas necessidades.

No desenvolvimento dessa relação entre Estado e sociedade, é possível identificar vários desafios existentes para sua consolidação, como por exemplo, os da dimensão política, que é referente a representatividade e composição dos conselhos; e a dimensão gerencial, ou seja, o conhecimento dos processos, a implementação das políticas públicas, competências, dinâmicas para tomada de decisões, etc. buscando construir um cenário próprio para as negociações.

Entretanto, Dagnino (2002) ressalta que de acordo com cada caso específico, o potencial democratizante dos conselhos mostrou-se desigual. Apesar da perspectiva democratizante dos conselhos, surgiu uma problemática preocupante, tendo em vista em muitos municípios não possuíam uma tradição associativa, ao mesmo tempo que tinham uma configuração de poder bastante distorcida. Em muitos casos, os conselhos limitavam-se a cumprir formalidades, quando estes não são manipulados pelas elites locais ou partidos políticos. Desse modo, muitas vezes os governos adotavam estratégias de esvaziamento desses espaços e, não por acaso, aparelhavam os conselhos para seus objetivos específicos.

A estruturação dos conselhos ainda é algo em constante desenvolvimento, e para sua efetivação enquanto órgão de participação social, depende bastante também da correlação de forças e da ampliação da relação do Estado e sociedade. Diante desse cenário, de acordo com Rover e Fogollari (2005), é preciso superar alguns desafios ainda hoje presentes na realidade dos municípios brasileiros, para que assim, de fato, os conselhos possam se consolidar como um meio efetivo e concreto da participação popular na gestão pública. Dentre esses desafios, podemos identificar uma das tristes tradições da política cultural brasileira, ainda bastante disseminada, que é a cultura política autoritária e clientelista, baseada em privilégios particulares. Nesse sentido, é de fundamental importância que a sociedade compreenda que a sua participação é necessária e eficiente na gestão pública, especialmente quando se estabelece uma boa relação entre os gestores locais e os cidadãos. Desse modo, os conselhos tem um papel muito importante para estabelecer um espaço permanente de diálogo entre os diferentes atores sociais,

buscando dar visibilidade as suas demandas, almejando soluções concretas para os mesmos.

Nesse sentido, Barbalho (2010, p. 250) considera que, de modo geral, apesar de existirem em vários municípios brasileiros, os conselhos de cultura se configuram muitas vezes como estruturas corporativas e com funções meramente consultivas. Por sua vez, Mata-Machado (2010, p. 232) ressalta que os conselhos ampliam sua efetividade quando são deliberativos, ao invés de consultivos e paritários, ou seja, com participação igualitária da sociedade e do poder público. Em muitos casos a paridade entre membros da sociedade civil e do poder público representa uma mera igualdade numérica e não uma igualdade política, vale dizer, não há equilíbrio na disposição dos interesses em conflito. Além disso, é preciso evitar que tenham pessoas na composição de conselheiros da sociedade civil detentoras de cargo de confiança na gestão pública, ou seja, os “apadrinhados”, ou que priorizam os serviços ditados pelos gestores, não representando os interesses dos usuários, passando, muitas vezes, a agir individualmente, sendo suscetíveis a pressões políticas. Desse modo, é necessário estabelecer critérios para garantir uma igualdade de condições a todos os conselheiros. No que se refere a composição qualitativa, é fundamental que haja uma capacitação continuada para estes conselheiros, por meio de seminários, cursos, fóruns de discussão, etc, tanto para os gestores, como para os membros da sociedade civil, como modo de aperfeiçoar as ações participativas que visam construir políticas públicas, proporcionando uma melhor orientação acerca do processo político e administrativo. Além disso, o autor indica que os conselhos se tornam mais efetivos quando têm a competência para formular diretrizes políticas, fiscalizar a execução dos planos e programas governamentais e gerir fundos.

Outra questão importante que deve ser garantida para um bom funcionamento dos conselhos, está ligada aos seus mecanismos operacionais, ou seja, é preciso que estejam de forma clara e definitiva as regras de funcionamento dos conselhos, a periodicidade e a dinâmica das reuniões, a forma de definição dos assuntos a serem tratados na pauta, etc., e também a existência de uma logística própria, com uma estrutura física, humana e orçamentária.

Por fim, é importante frisar, que apesar da existência do conselho ser algo de suma importância para garantir a participação popular nos processos de decisão da institucionalização da cultura nos órgãos públicos, é valido destacar que as

reinvidicações, cobranças e organização social não devem se resumir ao mesmo. É de fundamental importância ouvir e dar voz também aos movimentos sociais que buscam por melhorias para a cultura local por meio de um processo amplo e participativo de auto-organização desses sujeitos.

No mais, vale salientar que optamos neste trabalho por uma abordagem específica da problemática levantada, isto é, a questão das políticas públicas de cultura. Há, evidentemente, outras possibilidades de observância do problema. Uma delas consideraria não a primazia do Estado na condução dessa vida cultural, mas sim os distintos, plurais e dinâmicos movimentos contra hegemônicos presentes no campo da cultura. Tal perspectiva tenta ver a cultura para além da cooptação instrumental via Estado. Daí deriva que a política pública de cultura não é o único caminho para a mudança social, pois há um imenso mundo cultural produzido em becos, vielas, bares, garagens, etc. presentes pelo mundo afora e em Mossoró não seria diferente. A cena cultural alternativa – contra hegemônica – em Mossoró não passa, necessariamente, pela ação e pelo controle do Estado. Não obstante, aqui nos detivemos na delimitação do campo cultural possibilitado pela ação do Estado.

## **REFERÊNCIAS**

BANDEIRA, Mykaell Christyan. **Os megaeventos no País de Mossoró: Arte ou Entretenimento?** Monografia (Graduação) - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Serviço Social, 2017.

BARBALHO, Alexandre. **Políticas Culturais no Brasil: identidade e diversidade sem diferença.** In: RUBIM, Antonio Albino Canelas.; BARBALHO, A. (org.). **Políticas Culturais no Brasil.** Salvador: Edufba, 2007. p. 37-60.

\_\_\_\_\_. O Segundo Tempo da Institucionalização: O Sistema Nacional de Cultura no Governo Dilma. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre; CALABRE, Lia. (Org). **Políticas culturais no governo Dilma.** Salvador: EDUFBA, 2015.

\_\_\_\_\_. Conselhos de cultura e democracia: desafios contemporâneos. In: RUBIM, A.; FERNANDES, T.; RUBIM, I. (Org.). **Políticas culturais, democracia e conselhos de cultura.** Salvador: EDUFBA, 2010. p.237-254.

\_\_\_\_\_. **Em tempos de crise: o MinC e a politização do campo cultural brasileiro.** IN: Pol. Cult. Rev., Salvador, v. 10, n. 1, p. 23-46, jan./jun. 2017.

\_\_\_\_\_. **Política cultural em tempo de crise:** o Ministério da Cultura no Governo Temer. Revista de Políticas Públicas. 2018.

BOLÁN, Eduardo Nivón. **La política cultural:** Temas, problemas y oportunidades. Cidade do México: Conaculta, 2006.

CALABRE, Lia. A cultura no âmbito federal: leis, programas e municipalização. In: DRUMMOND, Alessandra (Org.). **Cidades e políticas públicas de cultura: diagnóstico, reflexão e proposições.** Belo Horizonte: Artmanagers, 2012. p. 169-180.

\_\_\_\_\_. **Políticas culturais no Brasil:** balanço & perspectivas. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas.; BARBALHO, A. (org.). **Políticas Culturais no Brasil.** Salvador: Edufba, 2007. p. 87-108.

\_\_\_\_\_. **Políticas culturais no Brasil:** dos anos 1930 ao século XXI. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

\_\_\_\_\_. Notas sobre os rumos das políticas culturais no Brasil nos anos 2011-2014. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre; CALABRE, Lia. (Org). **Políticas culturais no governo Dilma.** Salvador: EDUFBA, 2015. p. 33-48.

\_\_\_\_\_. **Políticas públicas e indicadores culturais:** algumas questões. **V ENECULT.** Faculdade de Comunicação/UFBA, Salvador. 2009. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/enecult2009/19406-1.pdf>>. Acesso em: 23 de fevereiro de 2018.

CANCLINI, Néstor García. **Políticas Culturales en América Latina.** México: Ed. Grijalbo, 1987.

\_\_\_\_\_. Definiciones en transición. In: MATO, Daniel (org.) **Estudios latinoamericanos sobre cultura y transformaciones sociales em tiempos de globalización.** Buenos Aires, Clacso, 2001, p.65.

DAGNINO, E. Sociedade civil e espaços públicos no Brasil. In: DAGNINO, E. (Org.) **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil.** São Paulo: Paz e Terra, 2002. p.9-16.

MATA-MACHADO, B. Conselhos de cultura e democratização do Estado no Brasil. In: RUBIM, A.; FERNANDES, T.; RUBIM, I. (Org.). **Políticas culturais, democracia e conselhos de cultura.** Salvador: EDUFBA, 2010. p.213-235.

ROVER, Oscar José; FOGOLARI, Hoilson. A gestão social para o desenvolvimento local em municípios essencialmente rurais. **Dossiê Gestões Públicas Democráticas e Experimentos Participativos,** Chapecó, n. 18, p. 47-70, jun. 2005.

SOARES, Jamilson Azevedo. **A juventude nos enredos da cidade, da cultura e do lazer:** panis et circenses no 'país de Mossoró'? Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2015.